

Dívida: o Brasil põe o pagamento em dia.

O Plano Verão começou a esbarrar numa verdadeira "frente fria", nos Estados Unidos, formada pela extrema cautela do governo norte-americano em se comprometer a socorrer o Brasil com novos empréstimos, devido à queda do valor da dívida brasileira para 35 centavos cada dólar, no mercado secundário, e pela crescente preocupação de alguns bancos credores com a possibilidade de uma moratória. Em consequência, esses bancos reduziram os prazos das suas linhas de empréstimos de curto prazo, que passaram de 90 e até 180 dias para apenas 30 dias.

Um alto funcionário do governo revelou ontem ao nosso correspondente em Washington, Moisés Rabinovici, que "se o governo brasileiro acha que podemos dar uma resposta (ao pedido de um empréstimo-ponte) a dois dias da mudança de presidente, ou mesmo dentro de uma semana, está enganado". O governo dos EUA "está numa posição delicada. Não podemos comprometer a administração que a partir de segunda-feira terá que tomar as decisões. Estamos falando em bilhões de dólares (que o Brasil está solicitando para pagar juros da dívida), e uma decisão dessas não se toma em dois ou três dias", disse o funcionário, acrescentando que o empréstimo solicitado por Brasília pode chegar "até US\$ 4 bilhões".

O funcionário, que permanece no governo Bush, explicou que um empréstimo desse tipo, chamado **safety net**, ou rede de segurança, "talvez tenha que ser aprovado pela Casa Branca, não exatamente pelo presidente, mas pelo Conselho de Segurança Nacional". A informação coincide com as recentes declarações de George Bush, de que seu conselheiro de Segurança Nacional, Brent Scowcroft, teria um papel importante na busca de uma nova estratégia para a crise da dívida do Terceiro Mundo.

O governo norte-americano também quer mais informações do Brasil sobre o Plano Verão antes de tomar uma decisão.

O exterior
Quer saber, por exemplo, qual é o grau de apoio político ao plano, ou com que seriedade ele será executado. "A dívida é uma bomba-relógio", advertiu ontem à tarde Sol Linowitz, co-presidente do **Interamerican Dialogue** (Diálogo Interamericano).

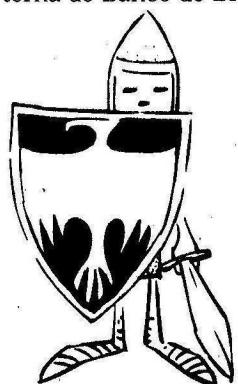
Enquanto isso, o Plano Verão e a ameaça de moratória provocavam uma "queda impressionante" do valor dos títulos da dívida externa brasileira no mercado secundário norte-americano. Segundo um corretor, Mauricio Teran, do **Latin American Financial Service Corp.**, uma baixa para 35%, e não há compradores". Até dezembro, o dólar da dívida brasileira nesse mercado valia até 41 centavos.

Os empréstimos de curto prazo, num total de US\$ 15 bilhões, destinados a financiar as exportações e o comércio do Brasil com os EUA, tiveram ontem seus habituais prazos de 90 e 180 dias reduzidos pelos bancos para apenas 30. "Os banqueiros credores estão muito preocupados. Isso é medo de uma moratória", constatou o gerente de um banco brasileiro em Nova York. Acrescentou que há muita dúvida na praça bancária norte-americana em torno da real possibilidade de o Brasil pagar este mês US\$ 500 milhões de juros vencidos, conforme anunciou o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega.

Mas Arnin Lore, diretor da Área Externa do Banco do Brasil, está otimista. Ele afirmou ontem, em Nova York, que esse dinheiro será pago até o dia 25 e que o Plano Verão não afetou as exportações brasileiras: "Recebi uma notícia há pouco de que fechamos US\$ 593 milhões em contratos de exportação para este mês", revelou.



Isabel Cristina/AE



Um apelo aos governadores. Para ajudar a exportação

Os governadores estão sendo pressionados por telex, a partir da decisão de ontem da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), numa tentativa de evitar que o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) — formado pelos secretários estaduais da Fazenda — regularmente amanhã a aplicação dos ICMs sobre produtos semi-elaborados para exportação. Segundo o presidente da AEB, Marcus Vinicius Pratini de Moraes, "esta medida inviabilizará as exportações dos principais produtos, porque eliminará sua competitividade no mercado internacional". Ele argumenta que 70% das exportações brasileiras são de manufaturados, e a taxação atingirá metade das exportações. "Será um atraso gigantesco", previu.

Depois de considerar "extremamente recessivo" o Plano Verão, ele explicou que "os juros elevados, aliados à falta de financiamento das exportações através do Finex e ao grau de protecionismo do mercado internacional, farão com que as exportações caiam este ano US\$ 4 bilhões". Pratini de Moraes não considerou a desvalorização da moeda em 17% como um favorecimento aos exportadores. Na sua opinião, não houve desvalorização e sim uma espécie de tablita no câmbio. "O governo apenas antecipou o restante da inflação prevista para janeiro para que se pudesse fazer face aos aumentos de custos que virão em função dos aumentos decretados por ele mesmo."

Pratini de Moraes estranhou que, a pretexto de proteger as reservas cambiais, o governo tenha decidido centralizar as operações de câmbio, "justamente quando o país obteve o maior saldo de sua história, US\$ 19 bilhões". Para o presidente da AEB "é preciso que já em fevereiro haja uma flexibilização do câmbio para que as exportações e as reservas cambiais não sejam mais prejudicadas ainda". Segundo o empresário, "terminado o choque, a liberação do câmbio, que havia começado com a criação do dólar turismo, deve acontecer para facilitar o comércio exterior, os exportadores, e até mesmo o governo".

Prevendo "abalos" no saldo comercial para este ano, Pratini de Moraes quer que os governadores dos estados interfiram junto a seus secretários de Fazenda para que a tributação pelo ICMS fique exatamente da mesma forma que ainda está em vigor. O presidente da AEB garantiu que "se tributarem o setor de celulose em 13%, como estão pretendendo, não haverá no Brasil a abertura de uma única fábrica sequer no setor".

Apesar de considerar o Plano de Verão "recessivo", Pratini de Moraes disse que ele foi "uma cirurgia mais drástica na economia do país que o Plano Cruzado. Se o governo cumprir tudo o que prometeu, terá grande chance de conseguir reduzir a inflação".